

CARTA DO II ENCONTRO DA AGROBIODIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO MINEIRO



CARTA DO II ENCONTRO DA AGROBIODIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Nós, guardiãs e guardiões, agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, técnicos (as), representantes de organizações e movimentos sociais nos reunimos em Araçuaí nos dias 1, 2, e três de outubro de 2015, no II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro com a temática “Agrobiodiversidade: Sementes e Direito dos Agricultores” trouxe a análise dos impactos das mudanças climáticas e dos grandes projetos na agrobiodiversidade e direitos dos agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais. Neste segundo encontro, desta vez realizado no Vale do Jequitinhonha, reuniram-se cerca de 400 participantes oriundos de 24 municípios do Vale do Jequitinhonha, 23 do Norte de Minas, 10 municípios da Bahia, além de participantes da Zona da Mata e região Central de Minas, convidados dos governos federal, estadual e municipal, universidades e instituições de pesquisa. O encontro consolidou a aproximação técnica e política das regiões do Semiárido de Minas Gerais com outras regiões de Minas e da Bahia na perspectiva do fortalecimento da Rede de Agrobiodiversidade. Foi momento também de monitorar e buscar estratégias de continuidade da implementação do Plano de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro.

Percebemos que a conjuntura atual do Semiárido de Minas Gerais é motivo de sérias preocupações. Vemos com inquietude a continuidade do processo de modernização da agricultura que inclui o avanço da monocultura do eucalipto, a falta de regularização fundiária, morosidade na reforma agrária, o não reconhecimento dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, hoje não contemplados em políticas específicas de reforma agrária e regularização fundiária, aliado ao avanço da mineração comprometendo a disponibilidade de água para consumo e produção, colocando em risco a segurança e soberania alimentar e os sistemas agroalimentares dos agricultores, povos e comunidades tradicionais. Estes fatores impactam diretamente a sobrevivência e continuidade dos povos dessa região.

Existem convenções e tratados internacionais que garantem e protegem os direitos dos Povos, tais como a OIT 169 e o artigo 6º e 9º do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação (TIRFAA). A própria constituição federal reconhece a pluralidade da sociedade, e garante as formas de viver, pensar e agir dos grupos que constituem a nacionalidade brasileira. Todos esses direitos não vem sendo respeitados. Exemplo disso é falta de capacidade de políticas públicas de atender e reconhecer a função social da terra, a importância dos agricultores na conservação do patrimônio genéticos, além da falta de respeito às suas formas de vida.

Esta realidade avigora a necessidade de fortalecer iniciativas como as apresentadas no presente encontro, vivenciadas pela troca de experiências entre agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais. Foram realizadas sete caravanas agroecológicas no Vale do Jequitinhonha, visitando onze experiências e tecnologias sociais de convívio com o semiárido, dialogando-se sobre uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade, o acesso à água, às políticas públicas, formação e mobilização social, direito a terra e território e participação de jovens e mulheres.

Foi realizado um painel temático com a presença de guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade e gestores públicos, que fizeram uma análise das questões debatidas e das políticas públicas relacionadas com o tema. A plenária cobrou o comprometimento na implementação e execução de políticas e programas de apoio à conservação da agro biodiversidade, na garantia de direitos e acesso a terra e territórios, assistência técnica com ênfase agroecológica, e o reconhecimento do papel das mulheres e jovens na conservação da agrobiodiversidade. Cobrou-se também o compromisso de construir um programa estadual de sementes e mudas focado na produção local e protagonismo dos agricultores e agricultoras, além da construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Todas essas reivindicações estão contidas no “Plano de Ações Estratégicas para Conservação, Uso e Gestão

Compartilhada da Agrobiodiversidade no Semiárido Mineiro como Estratégia para Adaptação às Mudanças Climáticas e para Soberania Alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais - 2014-2020” que foi entregue a cada um dos gestores públicos presentes (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais e EMATER-MG).

DENÚNCIAS E AMEAÇAS

Sobre o direito a Terra, Territórios Tradicionais e Reforma Agrária, surgiram denúncias sobre conflitos com empresas de eucalipto, mineradoras e fazendeiros em Felisburgo (Terra Prometida), Chapada Gaúcha (Águas Claras), Alto Rio Pardo (comunidade Pindaíba e outras), Virgem da Lapa (comunidade Lagoa da Manga), Jequitinhonha (comunidade Alvorada), Itinga (Comunidade Caldeirão) e nas Terras Indígenas Maxacali e Xakriabá. As denúncias envolvem morosidade do INCRA e FUNAI em garantir o direito a terra e território, sobre o risco de se implementar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 que visa transferir do executivo para o legislativo a demarcação de terras indígenas, sobre conflitos com unidades de conservação de uso restrito e conflitos com mineradoras incluindo ameaças e ações de intimidação.

No caso da produção de sementes, conservação e manejo da agrobiodiversidade identificamos que a contaminação por transgênicos e agrotóxicos coloca em risco as estratégias de produção de sementes e a segurança alimentar e nutricional. A Lei nº13.123 de 20 de maio de 2015, coloca em risco a soberania dos povos e também pode legitimar processos de biopirataria no país. O encurtamento dos períodos chuvosos, estiagens recorrentes e a dificuldade de acesso a crédito específico para produção agroecológica são outros problemas apontados.

No tema Comercialização Solidária, a burocracia de programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) limita seu acesso por agricultores agroecológicos. Exemplo disso, no PAA Sementes a imposição da realização das análises de amostras somente em laboratórios credenciados pelo MAPA que, além de caro, é de difícil acesso. Outro problema é a intransigência e perseguição aos pequenos empreendimentos pela Vigilância Sanitária, impõe as mesmas regras utilizadas para grandes empreendimentos nas iniciativas de comunidades.

No caso da auto organização das mulheres, são apresentados como problemas, questões como a dificuldade de acesso aos recursos e projetos que incentivem as mulheres; falta de água para cultivo de seus quintais e de suas hortaliças; violência doméstica; mulheres sendo proibidas por seus companheiros de participarem de espaço de formação, auto organização e espaços políticos; racismo contra mulheres negras; falta de oportunidade e acesso aos cuidados com a saúde. E diante da fusão da Secretaria de Políticas para as Mulheres às Secretarias de Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade Racial, esses desafios tendem a se potencializar, pois pode significar uma grande perda no avanço que foi construído para dar visibilidade, força e efetividade as mulheres.

No caso do uso abusivo de agrotóxicos, vários foram os problemas apresentados. Entre eles estão as pulverizações aéreas em Turmalina, Capelinha, Veredinha, Riacho dos Machados e Capitão Enéas; os problemas de saúde das mulheres causados pelo uso dos agrotóxicos nas monoculturas do eucalipto, a morte de trabalhadores contaminados pela aplicação de veneno em Varzelândia e a morte de animais causadas pelo uso de Roundup. Verificou-se ainda a falta de punição para empresas que contaminam e matam com agrotóxicos, contaminação da água dos cafezais em Capelinha, poeira tóxica da mineração causando doença nas crianças de Riacho dos Machados e a falta de informação sobre os riscos de mortes e doenças causadas por agrotóxicos. Constatou-se ainda que o venda de balcão de milho transgênico pela CONAB coloca em risco as variedades tradicionais.

No caso da juventude e educação no campo, existe pouco incentivo para o jovem permanecer no campo. A educação é inadequada, tendo em vista que as escolas nucleadas não valorizam os conhecimentos tradicionais. Existem poucas escolas voltadas para educação do campo como as Escolas Família Agrícola (EFA). Outro problema é a migração sazonal com

consequente abandono das escolas com poucos jovens acima de 18 anos permanecendo no campo. Faltam políticas públicas para jovens voltadas ao lazer, cultura e projetos estruturantes.

ANÚNCIOS E AVANÇOS

Apesar dos problemas mencionados, as agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais têm conquistado e experimentado diversos avanços nas formas de uso e gestão dos recursos dos agroecossistemas, bem como nos seus direitos. O conjunto de ações pontuadas durante o evento está diretamente relacionado às questões levantadas pelo Plano de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, pela Política de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e também pautada no processo de construção e continuidade da segunda fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Além disso, a elaboração do PRONARA avança no sentido de reduzir o uso de agrotóxicos e frear o avanço do agronegócio.

A consolidação e continuidade das ações sobre produção de sementes e manejo da agrobiodiversidade vêm sendo viabilizadas pelos projetos e ações desenvolvidos pelas organizações dos agricultores como, por exemplo, casas e campos de produção de sementes, melhoramento participativo e manejo agroextrativista. Essas estratégias têm recebido apoio de projetos e programas como o Programa de Sementes do Semiárido, implantação do PAA Sementes, Programa Nacional de Sementes e Mudas, além da recente iniciativa de construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade.

No caso de Terra e Territórios, os grandes anúncios são a criação do Assentamento Agroextrativista (PAE) Veredas Vivas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras em Rio Pardo de Minas, a assinatura do decreto de criação do Assentamento Terra Prometida em Felisburgo, e as retomadas do território Xakriabá. Aliados a esse processo, a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais tem sido um espaço de articulação e unificação de lutas para alcançar conquistas e incidir em políticas públicas. Homologação de terras públicas para instalação de Planos de Assentamentos e Plano de Assentamentos Extrativistas, prioridade para aquelas com concentração de povos e comunidades tradicionais.

Sobre regeneração e resiliência de agroecossistemas destaca-se a construção de estratégias e práticas inovadoras para convivência com o semiárido pelos agricultores no atual contexto de estiagens recorrentes. Foram destacadas as tecnologias sociais implementadas pela ASA enquanto instrumento de fortalecimento da segurança alimentar, sugerindo-se a sua manutenção e ampliação. Enfatizou-se o papel da mulher como fator estruturante na resiliência dos agroecossistemas.

Mulheres de todo Estado estão se organizando em um Grupo de Trabalho “Mulheres do Campo: Mulheres em Marcha pela agroecologia e em defesa dos bens comuns”, na busca pela organização política e social das mulheres, para o fortalecimento, visibilidade e valorização das mulheres.

No caso dos jovens existem iniciativas importantes para sua formação e protagonismo como, por exemplo, cursos de graduação em alternância, que permitem o acesso de filhos e filhas de agricultores. Além disso, o intercâmbio, a troca de experiência e participação nos movimentos sociais amplia a visão crítica dos jovens. As Escolas Família Agrícola (EFAs) representam importante fator de potencialização na formação e ação dos jovens. Intercâmbios entre EFAs podem ser um instrumento para fortalecimento do processo de sucessão no campo.

O II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro se apresentou como importante fórum de diálogos e articulação da Rede de Agrobiodiversidade, agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, técnicos (as), universidades e centros de pesquisa, possibilitando o monitoramento das ações previstas no plano de agrobiodiversidade, avanços na sua implementação e o diálogo com as diversas esferas de governo, na perspectiva do apoio e fortalecimento e encaminhamento das ações debatidas durante o evento.

REAFIRMAMOS

- A necessidade da construção de um programa estadual de sementes que foque na produção local e desenvolvimentos de ações e atividades para o resgate, uso e conservação da agrobiodiversidade dialogando com o programa nacional de sementes e mudas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Normatização diferenciada nas regras da vigilância sanitária para pequenas unidades de beneficiamento.
- Suspensão e proibição imediata do plantio de eucalipto e das atividades minerárias no semiárido mineiro, principalmente em áreas próximas a nascentes, córregos, rios e demais cursos d'água;
- Proibição imediata da pulverização aérea de venenos.
- Ampliação do número de escolas família agrícola em todo o semiárido mineiro;
- Imediata aprovação e assinatura do decreto de criação do PRONARA;
- Manutenção e ampliação dos programas da ASA Brasil P1+2, P1MC, Cisternas nas Escolas e Programa de Sementes.
- Imediata criação de Planos de Assentamento e Planos de Assentamentos Extrativistas em áreas de terras públicas do estado principalmente aquelas com presença de povos e comunidades tradicionais.
- Necessidade da ampliação da campanha pelo fim da violência contra as mulheres; da consolidação do trabalho com homeopatia e plantas medicinais; de propostas de ATER construídos atendendo a demanda das mulheres; de projetos que contribuam com o seu trabalho, incluindo as áreas de quintal, roça e fabricação de quitandas são indicativos para superar parte dos desafios e dificuldades por elas enfrentados.

Assinam essa Carta as seguintes organizações

Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro

Articulação Semiárido Mineiro

Articulação Mineira de Agroecologia

Articulação Nacional de Agroecologia

Cáritas Regional Minas Gerais

Cáritas Diocesana de Araçuaí

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

Cáritas Diocesana de Januária

Cáritas Diocesana de Almenara

Cooperativa Grande Sertão

Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

Visão Mundial

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Varzelândia;

Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto

Grupo Agroextrativista do Cerrado

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas

HEKS - Cooperação Internacional

Action Aid Brasil

Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM

Grupos de pesquisadores da EMBRAPA Cerrados e CENARGEN, Instituto de Ciências Agrárias/UFMG.

CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudeste da Bahia